

6 Con. Brasil Sonhos em perigo

CORREIO BRAZILIENSE

Antonio Caraballo 22 JAN 1993

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen acaba de fazer uma curiosa constatação, no campo dos costumes brasileiros: ciclicamente, entre o Natal e o Carnaval, o País se entrega a sonhos dourados de um otimismo tal, que não resistem por muito tempo ao choque com o real. Ele teme que o projeto de retomada do crescimento econômico possa ser atropelado pela pressa política. Inflação mensal na casa dos 25 por cento lamentavelmente não deixa muito espaço para experiências. Qualquer descuido e, em poucos meses, as demandas sociais podem estar exacerbadas por uma hiperinflação de alto poder destrutivo.

Não que a retomada do desenvolvimento, juntamente com a promoção de maior justiça social não devam ser perseguidas pelo Governo e pela sociedade. O timing e o modo de realizar estas metas, contudo, não devem comprometer os enormes sacrifícios já feitos para controlar a inflação, modernizar a economia e trazer o Estado e suas finanças para um convívio mais civilizado com o resto do País.

Para estimular a atividade econômica em um setor de enorme poder multiplicador de renda e empregos, como é a indústria automobilística, o Governo prepara um plano de redução localizada de impostos. Os consumidores, de seu lado, já deram provas de que são bastante sensíveis a descontos e preços mais ao alcance do bolso de nossa classe média. Custos mais baixos para a faixa dos carros populares poderão realmente estimular vendas e gerar ao longo de toda a cadeia produtiva algo como 150 mil novos postos de trabalho.

Com o precedente da redução de carga tributária aberto, porque não aliviar as dificuldades das camadas mais humildes para

comprar remédios e a cesta básica de alimentos, pela mesma via? Os estados, nesse particular, certamente deverão assumir sua cota no sacrifício de receita pela redução do ICMS. Mas também aqui poderão ser contabilizados importantes ganhos econômicos, seja pelo impacto positivo na produção desses segmentos, seja pela economia de leitos e recursos de assistência social, com a melhoria das condições de saúde e sustento da população mais pobre.

É justamente este arsenal de alternativas para reativar a economia e praticar justiça social, onde é preciso incluir a tese do ex-ministro Delfim Netto para uso de parte de nossas altas reservas cambiais, que recomenda a cautela sugerida por Simonsen. Com o respaldo de uma impressionante galeria de prêmios Nobel de Economia, a escola de Chicago já demonstrou que se as teses monetaristas não são suficientes para realizar complexos ajustes econômicos, elas são condições absolutamente necessárias para o sucesso de tais programas.

As experiências em curso no Chile e na Argentina provam isso. A cultura da correção monetária, no Brasil, pode ser vista também como prova, pelos anticorpos que gerou frente aos remédios clássicos de ajuste. A disposição do presidente Itamar Franco em trazer o Estado de volta ao mercado, como comprador de bens e serviços, assim como provedor das necessidades básicas de faixas carentes da população, será um enorme desafio para a capacidade gerencial da equipe. Acabar com o déficit público, renegociar os termos do programa econômico assinado com o FMI, reduzir a inflação e recuperar a capacidade de competir nos grandes mercados internacionais são os obstáculos a superar. Iniciado o jogo da retomada, apenas um amplo e eficaz diálogo com as forças produtivas poderá apontar as correções de rumo que separaram a vitória da derrota.